

PROCESSO - A. I. Nº 206878.0006/04-6
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - SOS LÂMPADAS ESPECIAIS LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JF nº 0434-02/04
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 17/03/2005

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0042-11/05

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. A exigência total ou parcial do ICMS por antecipação ao destinatário das mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária por força do Convênio ICMS 17/85 e sucedâneos, é ilegítima, sendo tal responsabilidade tributária atribuída aos remetentes das mercadorias. Mantida a nulidade das infrações 1 e 2. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE ENTRADAS. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MERCADORIA NÃO SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Exigência parcialmente comprovada. Inalterada a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício, previsto no art. 169, I, “a-1”, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, impetrado pela 2ª JF, através do Acórdão nº 0434-02/04, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe.

A acusação fiscal é de que o recorrido deixou de recolher o valor de R\$ 25.633,02, pelas seguintes razões:

1. Falta de recolhimento do ICMS por antecipação, no valor de R\$ 23.985,19, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88, inerentes aos exercícios de 1999 a 2002;
2. Recolhimento a menor do ICMS por antecipação, no valor de R\$ 33,32, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88, inerentes aos exercícios de 1999 a 2002;
3. Multa no valor de R\$ 882,51, correspondente a 1% do valor comercial das mercadorias não tributáveis entradas no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal;
4. Multa no valor de R\$ 732,00, correspondente a 10% do valor comercial das mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

A Decisão recorrida julgou o Auto de Infração Procedente em Parte, condenando o autuado a recolher a multa no valor total de R\$ 1.518,85, diante das seguintes considerações:

1. Inerente às infrações 1 e 2, ressalta tratar-se de aquisições interestaduais de lâmpadas elétricas, regidas pelo Protocolo ICM nº 17/85, cujo Estado da Bahia é signatário, no qual atribui ao estabelecimento remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto, relativo às saídas subseqüentes. Assim, declara a ilegitimidade passiva do autuado e nulas às referidas infrações.

2. Quanto à infração 3, conclui caracterizada a multa no valor de R\$ 786,85, uma vez que restou comprovada a escrituração fiscal das Notas Fiscais de nºs: 3828, 7598 e 3317.

3. E finalmente relativa à infração 04, foi mantida na sua íntegra a multa aplicada.

Nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, a douta 2ª JJF recorre de ofício da Decisão proferida para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF.

VOTO

Examinando as peças que integram o PAF, especialmente os demonstrativos e as nota fiscais constantes às fls. 45 a 114 dos autos, concluo que as aquisições de lâmpadas elétricas efetuadas pelo autuado foram todas procedidas junto a fornecedores estabelecidos nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, os quais são signatários do Protocolo ICM nº 17/85.

As duas primeiras cláusulas do referido Protocolo atribuem a responsabilidade ao remetente das mercadorias, na qualidade de sujeito passivo por substituição, pela retenção e recolhimento do ICMS, relativo às saídas subseqüentes.

Neste sentido, acertadamente, a 2ª JJF decretou a ilegitimidade passiva do autuado, na condição de adquirente das mercadorias, julgando nulas as aludidas infrações, do que desde já, nos termos do artigo 156 do RPAF/99, represento à autoridade competente para instaurar novo procedimento fiscal, diante da necessidade de lavratura de outro Auto de Infração, visando restaurar a exigência do crédito tributário, desta vez contra os remetentes das mercadorias, aos quais recai a responsabilidade de retenção e recolhimento do imposto, relativo às saídas subseqüentes, na qualidade de sujeito passivo por substituição, por força do Protocolo ICM nº 17/85.

No tocante à infração 3, também objeto de exoneração do débito e, em consequência, também do Recurso de Ofício interposto, observo que, efetivamente, restou comprovado o registro das Notas Fiscais de nºs 3828, 7598 e 3317 pelo contribuinte, conforme documentos às fls. 314 a 316 dos atos, restando caracterizada a multa no montante de R\$786,85, conforme procedera acertadamente a JJF.

Diante do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO deste Recurso de Ofício para manter inalterada a Decisão recorrida, recomendando a renovação da ação fiscal, quanto às duas primeiras infrações, salvo de falhas.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206878.0006/04-6**, lavrado contra **SOS LÂMPADAS ESPECIAIS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$1.518,85**, sendo R\$364,82, atualizado monetariamente, e R\$1.154,03, com os devidos acréscimos legais, prevista no art. 42, IX e XI, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de fevereiro de 2005.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

FERNANDO A. BRITO DE ARAÚJO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS